

# Da usina ao assentamento: as lutas dos boias frias no século XX entre invisibilidades e releituras

## From the Mills to the settlements: the struggles of the sugarcane cutters in the 20th century among invisibilities and reinterpretations

Vera Lucia Silveira Botta Ferrante<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0679-3852>

Henrique Carmona Duval<sup>2</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5791-7579>

Oswaldo Aly Junior<sup>3</sup>

ORCID: <https://orcid.org/000-0001-9509-5791>

Universidade de Araraquara (Brasil)

---

<sup>1</sup> ([vbottaferrante@gmail.com](mailto:vbottaferrante@gmail.com)). Licenciada em Ciências Sociais pela UNESP, doutora e livre docente pela UNESP! professora titular aposentada da UNESP! Atualmente coordenadora do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, da UNIARA, coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR), Pró Reitora em Pós-Graduação Strictu Sensu da UNIARA, Universidade de Araraquara. Bolsista Produtividade IA do CNPq. Membro do corpo editorial da revista Retratos dos Assentamentos! ganhadora do prêmio Visconde de Cairu de 1978, Instituto Roberto Simonsen pelo livro FGTS: ideologia e repressão.

<sup>2</sup> ([henriquecarmona@ufscar.br](mailto:henriquecarmona@ufscar.br)). Professor Adjunto do Centro de Ciências da Natureza, Universidade Federal de São Carlos, campus Lagoa do Sino. Graduado em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado) pela Unesp/Araraquara, Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-Doutorado pelo PPG Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Uniara). É professor no PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Uniara) e no PPG em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (UFSCar). Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) e editor da revista Retratos de Assentamentos. Atualmente é vice-diretor do Centro de Ciências da Natureza (CCN-UFSCar).

<sup>3</sup> ([oalyjunior@gmail.com](mailto:oalyjunior@gmail.com)) Agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Mestre pelo Programa de Ciência Ambiental da USP e Doutor pelo Instituto de Geociências da USP. Professor colaborador no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA, Araraquara, SP. Foi gestor público nas Prefeituras de Santos e Santo André na área do abastecimento e da segurança alimentar, e junto à Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do estado de São Paulo. Compõe o coletivo da Diretoria da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), o Grupo de Trabalho Estudos Críticos sobre o Desenvolvimento Rural do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), e é pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR).

Recibido: 30-04-2022

Aceptado: 25-05-2022

---

## Resumo

O artigo apresenta as lutas dos trabalhadores rurais boias frias no Brasil, valorizando sua riqueza e protagonismo em momentos históricos em que elas eram invisibilizadas tanto pela ditadura como por visões pré-concebidas de quem seriam os sujeitos das lutas por reforma agrária. O universo empírico da pesquisa é a região de Ribeirão Preto e Araraquara, no estado de São Paulo, representativa das contradições entre uma agricultura produtivista e a proletarianização de um amplo contingente de trabalhadores. A partir deste contexto, propõe-se uma metodologia centrada nas especificidades das lutas, não deduzidas das condições objetivas, mas marcada pelas experiências vividas pelos trabalhadores e pela identificação de seus interesses.

**Palavras-chave:** modernização da agricultura, boias frias, luta pela terra, experiência.

## Abstract

The article presents the struggles of rural workers in Brazil, valuing the wealth of these struggles in moments when they were made invisible both by the dictatorship and by preconceived visions of who would be the subjects of the struggles for agrarian reform. The research universe is the region of Ribeirão Preto and Araraquara, in the state of São Paulo, that expresses the contradictions between a highly modernized agriculture and the proletarianization of a large contingent of workers. From this context, the construction of a methodology centered on the workers' experiences is prioritized, calling attention to the specificities of the struggles, without deduced the objective conditions, but including the imagination of its agents, by the lived experiences and by the identification of their interests.

**Keywords:** modernization of agriculture, boias frias, land claim, experience.

## Introdução

Este artigo apresenta uma síntese de um momento da história do Brasil, mais especificamente da região de Ribeirão Preto e Araraquara, que mostra a riqueza das lutas dos boias frias invisibilizadas tanto pela ditadura como

por visões pré-concebidas de quem seriam os sujeitos das lutas por reforma agrária. Isso resultou dos problemas do processo da escravidão e seu fim, da passagem ao trabalho livre assalariado que excluiu grandes massas do campo, sem reconhecer-lhes direitos, muitas vezes por uma interpretação equivocada da realidade.

A região de Ribeirão Preto apresenta historicamente uma agricultura altamente capitalizada, com elevados índices de produtividade e proletarização rural. Representada como um polo de atração migratória, a região reproduz fatores de expulsão e atração, implicando em um contraditório movimento populacional. A expansão da cana-de-açúcar acarreta uma maior demanda de mão-de-obra, o que explica a vinda de migrantes temporários para a região. Entretanto, a substituição forçada da produção de alimentos das pequenas propriedades implicou em expropriação, emigração ou movimento de proletarização, processo esse não linear, nem de resultados únicos, mas que redundou em perdas, quer as mesmas tenham ou não significado um rompimento definitivo da relação vivida na terra. Movimento este que se reproduz de forma ampliada no território nacional e que implica na perda de competitividade e das condições de vida da agricultura familiar na terra, forçando a migração para as cidades e provocando concentração da terra. Por outro lado, a atração de mão-de-obra temporária nas colheitas e até seu estabelecimento definitivo no estado de SP produz efeito semelhante nos locais de origem desses trabalhadores.

Em nosso entender, as diferenciações e contradições são peças constitutivas indissociáveis da proposta de analisar a construção de luta dos boias frias nesta região de grandes canaviais e laranjais. O retrato usualmente apresentado da região ressalta sua inserção crescente no mercado mundial de produtos e no processo de modernização agrícola, discutido na produção teórica, com raras exceções, por suas determinações estruturais. Tais lutas, em grande parte, invisibilizadas, exigem uma interpretação desprovida de preconceitos e de um dever ser que não se mostra adequado às releituras propostas neste dossiê de 200 anos de independência.

A identidade econômica da região de Ribeirão Preto, marcada fortemente pela presença dos canaviais e laranjais, constituiu-se, em algumas análises, o nó górdio para a explicação da mudança da natureza das lutas dos boias frias. Dessa perspectiva, o circuito de modernização acelerada da agricultura paulista, a concentração do capital e da força de trabalho volante, são apontados como elementos que teriam criado condições para a “auto-identificação desses trabalhadores enquanto categoria, pré-condição para sua mobilização política” (D’Incao, 1985).

A mudança no perfil da categoria de boias frias pela apropriação de um saber marcado pelo exercício continuado de uma atividade no conjunto da produção rural é discutida no bojo do processo de modernização do polo mais

capitalizado do Estado (Alves, 1991). Evidentemente, as mudanças ocorridas na base produtiva têm que ser levadas em conta. Não são produto de um acaso histórico. Sob a identidade econômica presente, há marcas nada idílicas de um processo expropriador.

O objetivo deste artigo é retratar a grande agricultura paulista, sob um outro olhar, voltado à compreensão da construção das lutas dos trabalhadores, especialmente a dos boia frias, preocupado em desvendar, no interior das cifras, expressões históricas de confrontos e antagonismos.

### **Fragmentos das Lutas: O Passado/Presente**

Nossa preocupação foi reunir elementos expressivos para sustentar a concreticidade de um outro olhar sobre a região. As resistências dos colonos, as greves dos sujeitos que foram proletarizados, no início da década de 60, a reconstrução através da memória de seus protagonistas, de reivindicações, lutas políticas tornam esse outro olhar necessário para a compreensão das dissonâncias que ocorrem no “desenvolvimento agrícola”.

A região não apresenta linearmente projetos e programas de valorização do capital. Tensões, mutações, antagonismos, conflitos de interesses são constitutivos desse campo social, ainda que muitas vezes tais elementos componham um lado pouco visível da resistência.

As perdas sociais acumuladas ao longo desse processo penalizam significativamente os boias frias. Analisá-las, implica em compreender o presente/passado da vida desses sujeitos, a exclusão/expropriação de determinados segmentos sociais e as manifestações diferenciadas de ações de resistência contestadoras dos rumos assumidos historicamente pelo processo de mudanças ditadas pela lógica do capital.

Os contornos desse confronto diferenciam-se em diferentes conjunturas. Sem desfechos programados, o cenário do epicentro das lutas na década de 1980 remontava atos dos anos 50 e 60, muito pouco conhecidos. A modernização agrícola não foi, nem é, isenta de lutas. Munições, faíscas e atritos podem ter provocado cicatrizes e feridas nos sujeitos expropriados. Há lutas, mobilizações envolvendo direta ou indiretamente a terra, ainda que as mesmas sejam envoltas em uma capa de silêncio produzido ou representadas pela ótica do insucesso dos trabalhadores. Sob matrizes distintos, a história da modernização põe e repõe práticas de violência (Ferrante, Bastos, Chaia, 1987).

Desse processo, não estão ausentes os boias frias, ainda que a terra não apareça imediatamente em suas lutas. A reconstrução de suas vidas, os depoimentos colhidos, indicam um longo processo migratório. Acompanhar

suas andanças e caminhadas exige que olhemos a modernização do campo paulista sob um prisma pouco usual, da ótica dos expropriados da terra.

O fato de migrarem de um lado para o outro, tem a ver com o sentimento de buscarem uma alternativa que não seja a do assalariamento. A determinação de serem migrantes pode ser apontada tendencialmente como fator gerador de um movimento de difusão inter-regional de formas e estratégias de luta. O caráter migrante não dilui, mas pode reforçar a resistência dos trabalhadores.

Assim, ainda que não incluídos como protagonistas diretos do campo de lutas pela terra, podem ter, na condição de ex-parceiro, ex-arrendatário, ex-pequeno proprietário, ex-posseiro, participado de confrontos, nos quais a terra entra em questão.

Sua demanda por terra pode ter contornos específicos. Pode significar a luta contra estratégias patronais voltadas para sua expulsão do mercado de trabalho, luta contra o insuficiente atendimento de suas necessidades de reprodução social, luta na condição de migrante, ex-pequeno proprietário, ex-parceiro ou ex-arrendatário por reingressar na terra, situação perdida ou da qual foi expulso.

A expulsão do campo não foi necessariamente traumática. O invólucro atrativo, através do qual é apresentada a cidade, pode ter gerado expectativas, sonhos e projetos que se frustram com a progressiva constatação do quadro de carências que os impede minimamente de reproduzir suas condições de vida.

Diferentes tempos entrincheiram-se na luta pelas perdas e insuficiências acumuladas. Pesquisas demonstraram reavaliações das leituras usualmente feitas do processo de desenvolvimento e modernização da agricultura paulista, apresentando-a inserida em um ciclo de violência (Bastos et al., 1988; Reis, 1987). O material levantado na pesquisa de mapeamento das lutas em São Paulo aponta, entre 1964 e 1981, a existência de 242 mobilizações envolvendo a posse de terra, sendo que os conflitos de assalariados rurais, por se desenvolverem em cadeia ou serem encobertos pelo invólucro das invisibilidades, não foram propriamente quantificados. Ou seja, mesmo com a repressão da ditadura sobre o movimento de trabalhadores rurais, houve muita mobilização no período militar, muitas das quais silenciadas ou que nem chegaram ao conhecimento. Daí a importância de trazê-las à tona nesse processo de olhar a nossa história. Há, entretanto, expressões de suas lutas, a demarcar igualmente sinais de confronto.

## **Resistência e expropriação rural: a expulsão disfarçada**

Na década de 60, sob as marcas iniciais do processo de expropriação, respaldadas pelo manto “protetor” do Estatuto do Trabalhador Rural,

o sindicalismo rural, engatinhando<sup>4</sup>, é posto sob repressão. O preço da regulamentação da legislação trabalhista foi a ampla expulsão de trabalhadores residentes e sua conversão em trabalhadores assalariados temporários, remunerados pelo tempo de trabalho, não mais pelo tempo de produção. Praticamente, o E.T.R legalizou a liberação da terra para os fazendeiros, abrindo as comportas de um caminho de compromissos que parece transformar as conquistas dos trabalhadores em espaços vazios. Entretanto, as lutas dos trabalhadores rurais, esporádicas, mantidas sob silêncio, se fizeram presentes, em forma de greves localizadas, voltadas à obtenção de direitos ou pelo pagamento de salários atrasados.

Há outras dimensões de lutas, apesar das mesmas ocultarem-se em terrenos instituídos, tratados ou tidos como isentos de tensões. Encontra-se, nesse caso, as lutas que têm a Justiça do Trabalho como cenário. A Junta de Conciliação e Julgamento atesta um movimento crescente de ações trabalhistas na década de sessenta a indicar que a legalização de relações de trabalho no E.T.R. não traz a consagração “de fato” dos direitos.

Na década de 70, sob novas facetas do Estado, com uma situação de assalariamento já implantada, com promessas de proteção revigoradas, o movimento sindical rural dá sinais de ressurgimento, ainda que nem de longe se possa falar em uma escala energizante. O Estado, através do Funrural, procura anestesiar esse revigoramento – cujos efeitos não se fazem sentir genericamente – atrelando ainda mais o sindicalismo às malhas do assistencialismo previdenciário.

Entretanto, as lutas manifestas no cotidiano, as chamadas lutas por migalhas, nas ruas dos canaviais foram inequivocamente sinais de resistência às regras patronais. No campo legal, a regulamentação do dissídio coletivo, por iniciativa de Sindicatos da região, parece mostrar uma tentativa de fortalecimento – ainda frágil – do poder de barganha da categoria.

Na década de 80, a reorientação do Estado, a estruturação de novas lutas, a publicização dos movimentos dos boias frias, seus desdobramentos, não só ampliam o campo de conflitos, como viabilizam a expressão de lutas pré-existentes. No início dos anos 80, há dois elementos significativos das lutas desses trabalhadores na região: um movimento de resistência contra a decisão patronal de instituir 7 ruas no lugar de 5 como regra de trabalho, dirigido pela CPT e dirigentes sindicais e uma greve em uma Usina – Tamoio – um típico império do açúcar até final da década de 60 (Ferrante, 1984).

A partir dos movimentos grevistas de 1984, os boias frias passam a ser vistos como sujeitos instauradores de sua história, como se não houvesse um

---

<sup>4</sup> Em 1963 foi criada a Comissão Nacional de Sindicalização e foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural isso levou ao avanço da organização sindical no campo que, logo em seguida, após o golpe de 1964, passou a sofrer brutal repressão.

passado por trás dos atos coletivos dos saques e incêndios que pipocam nas ruas e no eito dos canaviais. Por outro lado, a inserção dos boias frias em movimentos de luta pela terra na região, a partir de 1985, oferece uma concreta contrapartida à interpretação da proletarização rural como ruptura completa da relação com a terra, movimento usualmente encarado como venda pura e simples da força de trabalho. As formas de aproximação à terra podem ser outras<sup>5</sup>. Há que se redimensionar a noção de tempo histórico e a recriação de novos significados atribuídos à terra, questão a ser retomada ao longo desse artigo.

### **Boias frias e a relação com a terra: Reavaliações em pauta**

A relação dos boias frias com a terra, ponto polêmico de inflexão, é negada em muitos diagnósticos sobre as condições de existência dos boias frias. Segundo esse olhar, os cortadores de cana da região, da segunda geração de boias frias, ao contrário de seus pais que guardam grande apego à terra, são marcados pelo paradoxo de sempre terem morado na cidade (Marini, 1984). Há, de fato, boias frias de segunda ou terceira geração que nunca foram proprietários dos meios de produção, o que lhes dá, segundo algumas análises, a condição de assalariados puros e alienados do processo produtivo, expropriados do saber gerado na relação com a terra, formados na aprendizagem de um outro saber, alimentado pelo manejo do facão, pela habilidade de colher laranja etc., que lhes garante uma condição específica, na divisão social do trabalho, a de cortador de cana ou apanhador de laranja, fator de gestação de possíveis identidades. Ou seja, alguém que não detém mais o conhecimento da complexidade que envolve a produção agropecuária. Tal concepção deve ser cuidadosamente avaliada: de um lado, pela controvertida discussão teórica sobre identidade social, de outro, pelas perspectivas concretas de estarem os boias frias, no movimento de demanda pela terra ou na inserção nos cadastros, nos possíveis assentamentos, demonstrando sinais de ser necessária outra discussão sobre sua constituição social.

Assim, a apresentação dos boias frias como perdedores da terra, do saber tocar a lavoura, e a explicação de seu reaparecimento no cenário político como portadores de reivindicações urbanas devem ser cuidadosamente analisadas, reavaliadas, para não se correr risco de apresentar os boias frias como um bloco homogêneo, que teriam no processo de perdas sofridas, rompido

<sup>5</sup> Veja-se a respeito as contribuições de Moacir Palmeira (1990), que concebe a expropriação das relações sociais ao campesinato, não como totalidade, mas como um processo que envolve lutas, e por não ter um resultado certo, único, deixa de ter sentido pensá-lo em termos de uma adequação funcional antecipatória a uma posterior proletarização, ou muito menos, o que tornou mais frequente nos últimos anos, abordá-la simplesmente como efeito perverso da modernização. Assim, a revitalização da demanda por terra por parte dos boias frias repõe a discussão da não consolidação linear da proletarização e de sua necessária inserção no processo de desenraizamento/re-enraizamento.

qualquer relação com o passado como se a memória lhes tivesse sido extirpada drasticamente na erradicação da terra. Postos como sem passado, sem memória, os boias frias têm demonstrado, no curso de suas experiências concretas, a reinversão de atributos que estigmatizavam sua história.

A história da expropriação do campo paulista é pouco registrada e retratada por atos vivos de resistência. A tarefa de tornar visíveis lutas envolvidas em uma rede de invisibilidades não se apresenta como imediatamente viável nem transita por caminhos isentos de dificuldades.

A busca de entender respostas não explicitadas em ações de resistência e tornar visíveis contornos emudecidos, exigiu que lançássemos mão de vários registros, vários olhares sobre a história desse processo e a participação dos trabalhadores – homens e mulheres – nessa trajetória.

Os diferentes registros, sob matizes diversos, permitem resgatar expressões de luta, ainda que não se possa afirmar que o material obtido atenda plenamente à necessidade de recompor a história viva de um passado mantido sob silêncio. Retratos dessa história vêm de entrevistas, de anos de campo – sob distintos olhares – sobre as condições de vida, a exploração do trabalho dos boias frias, as estratégias e alternativas trilhadas pelos trabalhadores.

Falavam em nome dos boias frias, denunciavam as mutilações sofridas em seu tempo de vida e de trabalho, mas a expressão direta dos próprios trabalhadores é subestimada.

Assim, resgatar memórias de um passado vivido das lutas através dos depoimentos de sujeitos que participaram ou se lembram dessas lutas, apesar das dificuldades enfrentadas, representou o esforço de analisar lutas invisíveis pela própria fala dos seus poucos participantes ainda vivos à época da pesquisa de campo. O trabalho de reconstruir, pelos sujeitos, lutas invisíveis pequenas lutas ou a resistência cotidiana (Scott, 2011) no dizer dos outros – mostrou que os boias frias, excluídos no campo social e político, foram ao longo de mais de duas décadas, formando uma história. A afirmação de que os movimentos de Guariba representaram a criação de um novo sujeito social e histórico deve ser repensada, no seu fazer-se, nos seus antecedentes, poros invisíveis, mas não ausentes, de sua prática social, de construção de suas lutas.

Mesmo antes de 1960, ainda que não possamos falar propriamente de lutas de assalariados rurais ou de boias frias, a imprensa alternativa deu conta de que antes da constituição demarcada do mundo dos canaviais, há registro de mobilizações reveladoras de que as lutas estavam presentes no campo paulista, anteriormente à configuração histórica da categoria boias-frias, ou seja, no bojo do processo de constituição da proletarização rural. Vejamos dados reveladores dessa mobilização no Estado de São Paulo: em 1949, greve em Lutécia, Vera Cruz, Araçatuba, levadas adiante por camponeses, colonos, trabalhadores agrícolas, reivindicando melhor sistema de medidas, pagamento de atrasados e

de salários. Na década de 50, greves em Lins(1952) por aumento salarial, em Marília (1953), Ourinhos e Fernandópolis, envolvendo assalariados, turmas de trabalhadores, colonos, motivadas por atrasos no pagamento, rebaixa de salário e contra pulverização do cafezal; em Santa Cruz do Rio Pardo, Cosmópolis, Pompéia, Oriente, Serrana (1954), envolvendo, colonos, assalariados, trabalhadores de usinas de açúcar, por reivindicações de aumento no preço da colheita, contra o preço ascendente de gêneros alimentícios, desconto de aluguel de casa, por pagamento de férias, salário mínimo, são um claro indício de que as fazendas paulistas não eram reservatórios de trabalhadores calados. Dados do Jornal Vóz Operária, Terra Livre, Imprensa Popular apresentados por Medeiros (1989). Mesmo quando as greves não foram a forma predominante de luta, manifestavam-se lutas, pela conquista dos direitos.

Na região em estudo, há registro de algumas greves, tais como as de Ribeirão Preto (1955/56) envolvendo trabalhadores levados pela luta por pagamento de salário-mínimo, de horas extras, férias, descanso remunerado.

Tais lutas, registradas quase que unicamente pela Imprensa Alternativa são evidentes marcas de que a história das transformações da agricultura paulista não se construiu a par de resistência. Destacando que isso tudo aconteceu num contexto de brutal violência, repressão e censura. A tentativa de resgatá-la a partir de diferentes registros, não necessariamente anunciados da mesma forma, impõe-se como desafio.

## **A publicização das lutas dos boias frias paulistas**

Face às greves de 1984, - marca da era Guariba – explicações centradas na incapacidade de resistência dos assalariados volantes, na sua frágil organização, fruto da sazonalidade e mobilidade espacial, e no atraso congênito do sindicalismo rural paulista, revelam-se inadequadas, empobrecidas mesmo. De outro lado, a compreensão da história das lutas dos assalariados volantes, a mudança de sua natureza e sua relação com o movimento sindical rural exigiram o repensar as condições de vida e trabalho dos boias frias.

No passado, sob diferentes formas, vivendo em espaços vigiados, os boias frias empreenderam ações de resistência. No entanto, o cotidiano do seu trabalho, sua situação de privação e a exclusão da cidadania que lhes é imposta permanentemente também são questionados. Com o avanço da mecanização, parecem voltar à condição de invisibilidade.

Suas reivindicações, suas práticas de resistência, manifestas algumas vezes na esfera reprodutiva, devem ser compreendidas em uma relação de unidade – ainda que contraditória – face às relações de dominação e comando vivenciadas no momento do processo produtivo. As implicações do espaço urbano ter se

constituído no lócus privilegiado – ainda que não único – das manifestações dos trabalhadores e no cenário das reivindicações pesam nos desdobramentos dos movimentos sociais destes trabalhadores. A tessitura das relações entre as lutas que se processam nas esferas da produção e da reprodução impôs-se como elemento constitutivo necessário à compreensão da natureza das lutas travadas pelos boias frias.

A luta urbana dos trabalhadores rurais passa a ser determinada pelas condições objetivas do processo produtivo nas monoculturas. Por sua vez, a produção de novas necessidades criadas no espaço urbano redireciona as estratégias de luta gerando uma articulação entre os dois espaços reforçada pelos termos em que se processa a negociação da greve, já que a estrutura do poder detectada no espaço rural encontra no urbano sua faceta complementar e necessária de visibilização e de institucionalização.

Os movimentos de 84 exigem uma reflexão sobre o que existia de novo nos caminhos das resistências dos boias-frias e do movimento sindical rural em São Paulo, empreitada instigante, fértil terreno de desafios.

Procuramos enfrentá-los, buscando compreender a construção desse campo de lutas, seus matizes distintos que perpassam as formas de ser e agir dos boias-frias nesta região.

O contato com a realidade nos pôs frente com esses sujeitos, muitas vezes vindos de outros estados, expropriados de sua terra, com tempo razoável de permanência na região.

O perfil da categoria boia fria traz nesta e em outras regiões, a marca de muitas diferenciações. Distintas trajetórias de vida, relações de um passado recente ou remoto vivido na relação com a terra, andanças forçadas pelo movimento das migrações são partes constitutivas dessa categoria, a impingir-lhes a marca da heterogeneidade e da diferenciação. Há que se pensar no peso representado pelas estratégias patronais, na intencional e racional escalada das divisões cultivadas para impedir contatos, de gestação de ações coletivas organizadas, para conter a perspectiva de difusão de experiências vividas em outras lutas, o que levou – durante razoável tempo - empresários e seus agentes a dispor, sob espaços físicos distintos, igualmente vigiados, os boias-frias da região e os de fora, sujeitos errantes, em processo de expropriação, mas com a memória presente da resistência vivida face às perdas passadas.

O cotidiano do seu trabalho, a proibição ou não de subir nos caminhões pode comportar enfrentamentos. Sob olhares vigilantes, abrem-se brechas de discussões, de conversas na carroceria do caminhão, fora dos olhos dos fiscais, no próprio eito dos canaviais, na volta do trabalho, nos botecos, nos pontos de rua. Assim, a forma de expressão política adquire novos contornos, não se restringindo aos lugares mais tradicionais de organização.

“Alarga-se portanto a dimensão politizável da vida social e muda a própria

noção de política (...) Muda também o que é social” e de quem se fala quando se diz “trabalhadores” movimentos coletivos populares (Sader, Poli, 2004). O social não é mais só estrutura mas também expressão do cotidiano. “Os trabalhadores não são mais personificações dessa estrutura nem apenas objeto de exploração do capital, nem produtos das instituições políticas e nem mais pura realidade empírica que o cientista social trataria de classificar, catalogar, registrar. São sujeitos que elaboram e produzem representações próprias de si mesmos: como trabalhadores ou favelados ou mulheres ou operários ou tudo isso, dependendo do movimento de vida coletiva na qual constroem sua experiência.

Essas considerações nos conduzem a um campo de análise que leva em conta o “autofazer-se” das lutas dos boias frias, uma perspectiva que supera o economicismo, o determinismo ou os condicionamentos advindos da estrutura a que as pessoas podem estar sujeitas, incorporando a cultura e a ação humana como uma via de mão dupla na construção histórica. O conceito de experiência em Thompson (1981) remete às experiências individuais e coletivas, ou lutas espontâneas e organizadas, em função de que a experiência é corrente no mundo social e pode adquirir feições ora individuais, ora coletivas.

Trata-se de um ponto de vista que não reduz a reprodução econômica à produção material pura e simplesmente, mas que faz valer a produção cultural e sua construção histórica no interior de um processo de relações sociais de produção. Não é centrada apenas em categorias de produção propriamente, pois também se volta ao que as pessoas foram e passaram a ser em suas experiências enquanto força produtiva, suas manobras e estratégias de reprodução social. Portanto, é contrário ao ponto de vista sobre os processos produtivos que reificam, que impõem homogeneidade e propriedades objetivadas, nos quais as pessoas não seriam agentes de si mesmas.

O autor trata a experiência humana enquanto algo gerado na vida material e estruturado em termos de lutas de classes, não que isso implique uma determinação materialista a priori, já que as experiências fogem a qualquer previsibilidade. Para Thompson (1981):

(...) os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (p.182, grifos nossos).

Portanto, ele considera que as pessoas são artífices de sua própria história, e o fazem sempre numa situação relacional.

Assim, se os boias-frias têm politicamente espaço político de reconhecimento a partir do episódio das greves de Guariba, isso nos leva a pensar nos movimentos estruturadores de construção desse espaço.

A mitificação da marca Guariba parece anular o passado dos boias frias, como se os mesmos bastidores tivessem brotado em 1984. Em uma releitura, poderíamos dizer que sua constituição em luta tem que ser compreendida em processo através de suas mediações com as marcas de violência presentes no processo de expropriação sofrido pelos boias frias e com a representação desses sujeitos e dos outros significativos do seu espaço de lutas em épocas anteriores.

O fato de muitos boias-frias interiorizarem o silêncio, o atributo natural de sua incapacidade de reação, expressão na representação da “morte como carneiro calado” pode ser explicada pelo peso das ameaças sofridas no circuito de suas vidas. Não pode entretanto, impedir ou afastar seu reconhecimento como atores políticos, cuja ação se movimenta em um campo de confrontos sem desfechos previsíveis.

Discordamos das concepções de que os boias-frias pela natureza de seu trabalho – aliás, o próprio caráter de intermitência pode ser repensado – pelos rumos da mecanização, pela menor experiência de luta e tempo mais curto de assalariamento, os quais seriam incapazes de imprimir a sua resistência uma dimensão que não fosse meramente pragmática e imediata.

Partimos do princípio de que sua vida e trabalho imbricados às perspectivas de engendram formas de luta devem ser discutidos em movimento, cujo processo de construção exige reflexões sobre seu espaço físico, a atuação dos interlocutores coletivos, em suas práticas diferenciadas, nos momentos de estruturação/gestação/eclosão/negociação ligados às greves, como também no cotidiano desses trabalhadores.

Cabe ressaltar que o fato de estarmos privilegiando a análise das práticas sindicais de uma determinada região exigiu a superação de concepção do sindicato como espaço único e monolítico da “política”. O entendimento das formas de resistência dos boias-frias - expressões diferenciadas de luta - exige que trabalhem com a problemática da construção da própria luta, de como tais agentes no cotidiano de suas vidas - formas de sociabilidade, campo jurídico, preparação da campanha salarial - e nos momentos de greve manifestam ou não uma posição de confronto às regras estabelecidas.

Analisadas em suas diversidades, as lutas dos assalariados agrícolas expressam-se em momentos de maior mobilização e desmobilização, entendidos ambos como constitutivos de um processo tenso, contraditório, cuja dinâmica deve ser interpretada não somente em termos macroestruturais, mas, em sua tessitura interior, muitas vezes envolvida em uma rede de invisibilidades,

em seus desdobramentos nos quais há que se considerar mudanças político-institucionais consideráveis no âmbito do Estado e da sociedade civil. Tais mudanças podem ter adubado o terreno para que os atores sociais em confronto dispusessem de condições distintas para enfrentar o próprio processo de luta, mas não são, em si mesmas, priorizadas na explicação das novas facetas apresentadas no processo de construção das lutas.

As análises voltadas à compreensão dos movimentos sociais rurais incorporam mais lentamente os eixos de reinterpretação das condições de vida e das práticas sociais e políticas dos trabalhadores. Insistem, por muito tempo, na necessidade de discuti-los segundo a lógica desigual do desenvolvimento do capitalismo no campo, ou na busca de compreensão das práticas da classe a partir de concepções prévias de projeto político, organização, vanguarda e ideologia. Pouco a pouco, torna-se impossível interpretar as ações das classes presentes no campo como simples atualização da estrutura dada. A crise dos paradigmas instituídos, o repensar as categorias de análise não são peças silenciosas de um movimento interno, restrito às teorias. A emergência concreta de movimento fora dos circuitos esperados, o reconhecimento de novos espaços do fazer-se, da ação política, a experiência diferenciada dos sujeitos e sua constituição social impõem, o reconhecimento de práticas desprovidas de previsibilidades a tecer, sem riscos demarcados, uma relação com o desconhecido<sup>6</sup>.

A reconstrução do processo de expropriação, a tentativa de encontrar, por trás das falas silenciadas, sinais de resistência, a busca de conhecer a trajetória concreta dos boias-frias, marcados pela exclusão de pensar o sindicato não unicamente como reprodutor das práticas de dominação do poder são dimensões problemáticas instigantes que têm uma contínua reflexão, remodelagem. Sem desfechos programados, importantes descobertas se fizeram presentes nesse movimento.

Pequenas lutas, movimentações que ocorriam de modo quase silencioso, traços distintos de práticas sindicais passaram a exigir mudanças do entendimento da realidade que não ocorreram magicamente.

Seu passo a passo registra um movimento de mão dupla. De um lado, buscas de fazer visível o que o se ocultou, de ouvir, através de registros de arquivos, dos processos trabalhistas, as falas dos atores, de entender a dominação não como um pacote homogêneo e castrador, mas como um conjunto de respostas igualmente modificadas na espreita de sinais de resistência.

---

<sup>6</sup> Contribuições pioneiras aparecem na produção de José de Souza Martins (1981), principalmente as discussões da diferenciação dos agentes das lutas presentes no campo, e na produção do Museu Nacional – no interior da qual destacaria os trabalhos de Lygia Sigaud (1979) e Moacir Palmeira (1990). Igualmente, no interior do PIPSA – Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura – novos contornos de interpretação estruturaram-se. Os movimentos sociais começam a ser discutidos em sua tessitura interior, não deduzida de condições objetivas dadas, mas pelo imaginário de seus agentes, pelas experiências vividas, pela identificação de seus interesses.

De outro, as transformações detectadas no processo de luta dos boias-frias em seu fazer-se, cujas consequências modificam as formas de enfrentamento com os patrões, legitimando-se marcas de negociação e revigorando estratégias de controle. No curso desse processo, a partir de 1984, os boias-frias passaram a ser vistos como sujeitos instauradores de sua história. O desafio de compreender, o processo de construção de suas lutas nos põe, portanto, face a um empreendimento impregnado de contradições, ambiguidades e desafios.

Novas interpretações, novas formas de luta, alterações da estrutura sindical rural no curso das experiências coletivas não são peças justapostas, mas expressão de desafios concretos propostos ao investigador e à categoria social privilegiada.

### **A Terra no horizonte dos boias-frias: a germinação de um novo tempo?**

Discutiu-se a inserção dos trabalhadores nesse contingente no movimento da demanda pela terra que foi crescente na região a partir de 1984. A possibilidade da terra constituir-se em um dos eixos da luta dos boias-frias, categoria que tem no seu interior segmentos que não tiveram uma relação direta de apropriação com a terra cria impasses, exige remodelagens de interpretações usualmente usadas no processo de modernização/expropriação e proletarianização rural. Com boias frias demandantes de terra, a necessidade de discutir a terra no processo de construção das suas lutas, representou um inequívoco ganho do ponto de vista analítico, superando as pautas salariais e de condições de trabalho para inserir novas perspectivas de futuro. O entendimento da proletarianização rural como ruptura face ao passado vivido na terra pode não dar conta do movimento do real.

As representações da terra como o tempo histórico vivido e como espaço perdido pelos trabalhadores poderiam não ser únicas nem ser tomadas como expressão inevitável de que a proletarianização acarretou um total desenraizamento em relação ao vivido.

A conquista da terra - não imediatamente presente em seus movimentos, em seu horizonte e em suas falas - demonstrou não ser parte do seu passado, enterrado, mas a possibilidade de um novo querer viver.

Impõe-se o desafio de analisar o significado que tem a terra no desenho de um projeto dos boias frias, no processo de construção de suas lutas, não como um item da memória a retratar um espaço perdido, mas como elemento constitutivo de vontade coletiva, talvez como ingrediente de germinação de um novo tempo – utopia? – ou busca de um futuro distinto. De ver no acesso à terra a conquista de (mais) direitos.

Não deve-se tomar o enfrentar desse desafio como a afirmação de que toda a categoria dos boias frias estrutura seu projeto em torno da terra. Trata-se de um alargamento possível do seu espaço de lutas, a invadir entremeios até então atribuídos a outros. Nesse processo, não serão os boias frias os únicos protagonistas da realidade, há dentre os demandantes, a presença significativa de trabalhadores até então envolvidos em atividades urbanas.

A observação de que novos matizes aparecem no circuito da luta pela terra vai nos levar a contestar mais uma vez as teses de que algumas lutas têm caminhos predeterminados com portadores necessários e únicos, fora dos quais nenhum movimento de constituição da classe poderia ter legitimidade. A investigação da forma pela qual os boias frias entraram no circuito de luta pela terra, a necessidade de rever o significado que tem a terra para essa categoria – e para outros que sem passado vivido na terra estão, sob entradas legais e ilegais, dentre os demandantes da região – explica a necessidade de inserção dos boias frias na história política das lutas do século XX.

### **Considerações finais**

Na produção brasileira, as releituras sobre os trabalhadores, seus movimentos sociais expressam a partir dos anos 80, um momento crucial de reavaliação de rediscussão e de demolição de formas anteriores de conhecimento. Trata-se, na verdade, de uma redescoberta das diferenças inter e intra classes sociais no Brasil, diferenças estas que não são mais pensadas a partir de um paradigma unitário. Libertada deste paradigma, a heterogeneidade da sociedade brasileira aparece como diversidade de experiências vividas no interior de relações sociais historicamente constituídas, apontando para distintas formas de se viver situações concretas de dominação e exploração. A preocupação com o sujeito, a discussão das práticas sociais e políticas dos trabalhadores rurais, ação dos sindicatos e de outros mediadores, a reflexão sobre a complexidade das relações sociais subjacentes ao campo de disputas no qual se inserem os movimentos dos assalariados rurais, mostram, a cada passo, distintos pontos de inflexão. Enfrentá-los significa encarar tal discussão como um instigante desafio no qual a gestação de novos eixos - dentre os quais salientamos a problemática da construção dos boias-frias como sujeitos políticos e a discussão sobre a complexa mediação do movimento sindical rural - nos levou a repensar avaliações da história política paulista que invisibilizavam a participação dos boias-frias.

A trama, até então exposta, adquiriu significativos complicadores não só em termos da ampliação do referencial analítico adotado como pela possibilidade de envolvimento dos atores privilegiados neste estudo em práticas sociais. cujo

raio de ação lhes era absolutamente vedado. Trata-se da relação dos boias-frias com experiências constitutivas de um projeto camponês.

A demanda pela terra por agentes até então tidos como excluídos desse circuito é, sem dúvida, um ponto de inflexão. Com isso, não se pretende afirmar que a luta pela terra perpassa homogeneamente toda a categoria dos boias frias, dando-lhe o patamar necessário à construção de um projeto político.

A participação dos boias-frias no processo de luta pela terra e a constituição de assentamentos na região investigada reiteram a necessidade de outra avaliação dos rumos da expropriação e proletarianização rural. No bojo de preocupação em analisá-las da perspectiva da construção das lutas dos boias-frias, há que se pensar na transformação possível dos proletários rurais e em sua constituição social em proprietários ou candidatos a uma área de terra na condição de assentados. Ainda mais, a constituição de um assentamento em uma usina desativada – Tamoio, - no interior da qual, no início de 80 ocorreu uma greve isolada que permaneceu por mais de 5 anos como se não demonstrasse nenhum sinal de vida ou de vivência dos trabalhadores, reforça a nossa proposta analítica de descobrir, por trás de um movimento genericamente apreendido em suas determinações estruturais, ecos das vozes e lutas de trabalhadores para rumos antes nunca navegados ou pouco visibilizados.

A quebra do estigma da estranheza entre campesinato e política não implica mecanicamente no rompimento do silêncio atribuído aos filhos da modernização, os boias frias expropriados da terra. Se o campesinato foi, por força de distorções teóricas, com sérias implicações políticas, isolado como sujeito político, a concepção de história unicamente como desenvolvimento das forças produtivas e das alterações que tal desenvolvimento promove, nas relações sociais não implicou no reconhecimento dos boias-frias, dos assalariados rurais, enquanto atores políticos, com direito a influenciar os rumos e rédeas do processo de modernização da agricultura.

No bojo da controvérsia, parecia não haver espaço para reflexões sobre o peso histórico possível dos assalariados rurais. Se o crescimento da classe operária no campo e na cidade era alavanca fundamental do processo histórico de transformação da sociedade, havia a convicção de que as perspectivas de explicitar-se um antagonismo com o capital estariam reservadas ao operariado urbano. Aos assalariados rurais pensados erroneamente da ótica de sua completa expropriação, sem a recuperação das mediações com o seu passado, estaria reservado o silêncio. A exclusão dos direitos de se expressar politicamente e de se constituir como sujeitos sociais permeia a discussão das lutas dos boias-frias.

Aparecem nas análises sobre a modernização da agricultura como fator de produção fundamental ao movimento do capital despojados de quaisquer características de contestação.

Exceção a esse enfoque, a perspectiva dos boias-frias conterem, além do caráter afirmador do sistema, a possibilidade histórica da práxis negadora é contemplada em análises que apontam a temporariedade do trabalho volante, a principal dificuldade para a realização desta práxis.

Tempos passados, as teses sobre proletarização rural adquirem novos contornos, sem ser afastada a sua compreensão como expressão de um processo de rompimento com o passado vivido na terra, mantendo-se significativamente nas análises, referências às uniformidades existentes entre as reivindicações dos boias frias e as do proletariado urbano. Dimensões que foram questionadas no curso do presente trabalho.

Procurar compreender seus clamores, em formas de lutas visíveis ou de espaços de silêncio não significa partir do pressuposto de que no campo político, os assalariados devem ser discutidos somente pela ótica da agricultura modernizada, mas pela história camponesa do país.

## **Bibliografia**

- Alves, F. J. C. Modernização da Agricultura e Sindicalismo: As Lutas dos Trabalhadores Assalariados Rurais na Região de Ribeirão Preto. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Universidade de Campinas, Campinas, 1991.
- Bastos, E.; Bugai et al. Mapeamento dos movimentos sociais rurais no Estado de São Paulo, 1964-1987. Relatório de Pesquisa, 1988 (mimeo).
- D'Incao, M. C.. O movimento de Guariba: o papel acelerador da crise econômica. Revista Política e Administração, Rio de Janeiro, n.2, 1985.
- Ferrante, V. L. S. B.; Bastos, Bugai, E.; Chaia, V. L. N. Modernização agrícola no circuito da violência. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Seade, vol.1, p.18-30, 1987.
- Ferrante, V. L. S. B. Tamoio olha! Tem nó na cana. Perspectivas, São Paulo, n.7, p. 31-46, 1984.
- Marini, W. O Estado de São Paulo, p.18, 20 mai. 1984.
- Martins, J. S.. Os camponeses e a política no Brasil. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- Medeiros, L. S. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- Palmeira, M.. Modernização, Estado e Questão Agrária. Revista Estudos Avançados. Cem Anos de República. São Paulo, USP, 1990.
- Reis, J. S. F. Lutas pelo acesso à terra: ocupações e acampamentos. Relatório de projeto de pesquisa, Cedec, São Paulo, 1987 (mimeo).

- Sader, E.; Paoli, M. C. P. M.. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. A aventura antropológica: teoria e pesquisa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- Scott, J. C. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.5, p.217-243, 2011.
- Sigaud, L. M. . Os Clandestinos e os direitos. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- Thompson, E. A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.